

# Novos aumentos não foram proibidos

10 MAR 1990

O ministro da Fazenda desmentiu que não sairão elevações, até a posse, de preços controlados pelo governo.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, desmentiu ontem ter recebido instruções do presidente José Sarney proibindo a concessão de novos aumentos de produtos e serviços até a posse do novo governo, no próximo dia 15. "Foi tudo um grande mal-entendido", desabafou Maílson. "O presidente Sarney não deu qualquer orientação neste sentido".

Segundo o chefe do Gabinete Civil, Luiz Roberto Ponte, a intenção de Sarney visava apenas impedir que o aumento concedido pela Justiça aos usineiros, de 30% mais a inflação passada, fosse transferido para os consumidores. Como o Diário da Justiça não publicou a decisão, a medida do presidente "tornou-se inócuia". Os aumentos não foram cancelados e, na segunda-feira, o **Diário Oficial da União** trará publicado o reajuste de 70% nas tarifas dos Correios e Telégrafos.

Maílson considera que o atual governo tem de cumprir suas obrigações até o último dia e assegurou que os reajustes de preços, que tiverem de ser feitos na sua gestão, serão autorizados. "Não vejo razão para transferir o problema para a futura administração. Os aumentos de preços que forem competência deste governo serão feitos."

O fato de não ter sido aprovado o reajuste nos preços dos carros, que deveria ter sido anunciado ontem, não pode ser apresentado como uma prova de que estão proibidos novos aumentos, observou o ministro da Fazenda. Segundo disse, não houve nesse caso proibição, mas impasse nas negociações no âmbito da câmara setorial, pois a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) pretendia

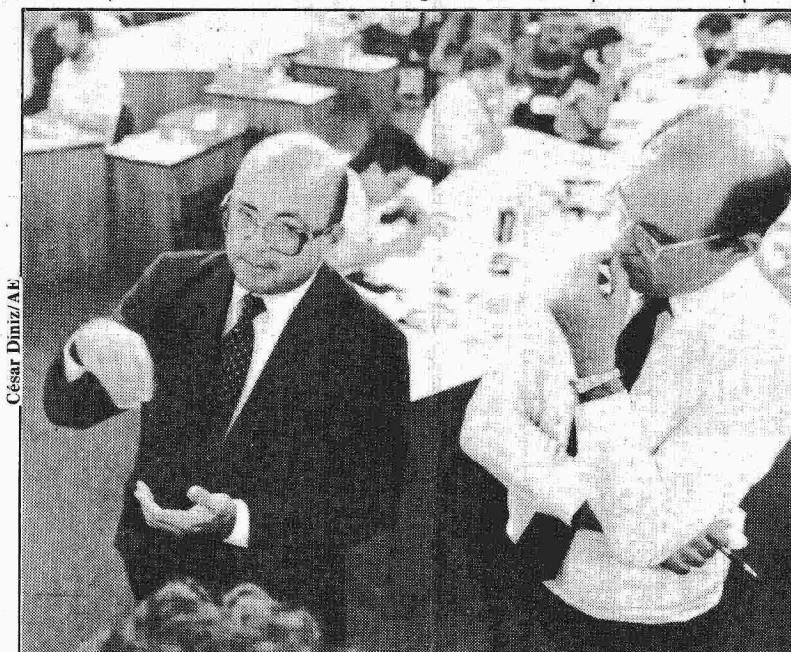
correção nos preços dos veículos de 127,6%, enquanto os técnicos do governo propuseram majoração para o setor de 21,5% de imediato e outro de 36,1% para o próximo dia 22.

O ministro da Fazenda acrescentou também que o aumento dos preços dos remédios não foi suspenso. Houve apenas um adiamento no prazo para a correção dos preços, já que o próprio Maílson admite que a indústria farmacêutica vem trabalhando com uma grande defasagem. "Tanto que não é verdadeira essa versão de que o presidente Sarney proibiu novos aumentos, que nós estamos analisando a concessão de um reajuste extra para a indústria farmacêutica", disse Maílson.

#### Prefixação

Apesar de evitar comentar as medidas que o governo Collor deverá tomar, Maílson manifestou dúvidas quanto à eficiência da proposta já apresentada pela futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de prefixar os preços e salários. "Não acredito na eficácia desse instrumento. A prefixação é uma forma mascaraada de congelamento e a verdade é que os agentes econômicos, escalados pelos choques anteriores (Cruzado, Bresser e Verão), conhecem os mecanismos para se proteger de um eventual tabelamento de preços."

No entanto, o ministro está convencido de que o futuro governo não conseguirá reduzir a inflação utilizando instrumentos ortodoxos — em outras palavras, a adoção de uma política rígida monetária, com a elevação das taxas de juros e aumento da tributação. Ele prefere crer num pacote baseado em tratamento de choque da inflação.



César Diniz/AE

*Maílson da Nóbrega visitou ontem o JT para se despedir, como ministro, e agradecer o apoio que teve do jornal na Fazenda. Ele foi recebido pelo nosso diretor Ruy Mesquita.*